

Governo do Estado de Pernambuco

Secretaria Estadual de Cultura

29ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural.

Aos 13 (treze) dias do mês de junho de 2018, na Casa de Oliveira Lima, atual sede dos Conselhos Estaduais de Cultura, às 14h45, teve início a vigésima nona reunião ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural – CEPC-PE. Presentes na reunião, conforme lista de presença, o(a)s seguintes conselheiro(a)s: **Sociedade Civil (titulares)**: Vânia Avelar de Albuquerque – Arquitetura e Urbanismo; Nivaldo Jorge da Silva – Artesanato; Carolina Vergolino – Audiovisual; Williams Wilson Tenório – Circo; Marcelo Sena Oliveira – Dança; Masayoshi Matsumoto – Gastronomia; Juliana de Albuquerque Silva – Literatura; Newton Cordeiro Caivano – Música; Paula de Renor – Teatro; Teresa Luiza de França – Cultura popular de Matriz Africana; Maria Elizabeth Santiago de Oliveira – Pontos de Cultura; Arary Marrocos Bezerra Pascoal – Agreste; Modesto Lopes de Barros – Sertão. **Sociedade Civil (suplentes)**: Maria do Livramento Aguiar – Artesanato; Maria Adelia Pessoa Collier – Design e Moda; Guilherme Laureano Coelho de Moura – Música; Altair Leal Ferreira – Cultura Popular de Matriz Ibérica; Jocimar Gonçalves – Movimentos Sociais. **Poder Público (titulares)**: Marcelino Granja de Menezes – Secult; Maria Rosinete Siqueira Santana – Macrorregião do Agreste; Gustavo Henrique Oliveira de Almeida – Sec. de Comunicação. **Poder Público (suplentes)**: Sandra Pagano - Sec. de Des. Econômico. Na pauta do dia: 1- Avaliação da Conferência; 2- Participação dos Conselheiros no FIG; 3- Relatório e fechamento da gestão/1º mandato. Com a mesa composta pela Presidente do CEPC-PE, conselheira de Teatro, **Paula de Renor**, teve início a sessão com os informes gerais. Conselheiro Titular de Música, **Newton Caivano** – Apresentou

informações sobre o Festival Nacional do Folclore realizado na cidade de Olímpia – SP, realizado anualmente no mês de agosto, que versou (entre outros temas) sobre as questões da falta de valorização da “música de raiz” e apresentou carta de sua autoria sobre o tema. Chamou a atenção sobre a questão dos pagamentos dos cachês oriundos dos diversos editais do Sistema Secult/Fundarpe, que deveriam se dar em até 60 dias após a execução do serviço, e relatou que não houvera nenhuma resposta positiva da Fundarpe sobre o pagamento dos cachês em atraso. Presidente do CEPC, **Paula de Renor** – Solicitou ao conselheiro Newton que remetesse a carta para análise dos demais conselheiros por e-mail. Conselheira suplente de Artesanato, **Maria do Livramento Aguiar** – Pediu que o encaminhamento não fosse o de envio por e-mail e sim que fosse feito oficialmente; Explicou que, em comparação com outros conselhos, o CEPC precisava melhorar suas dinâmicas de trabalho, seus fluxos administrativos; que era necessário gerar documentos para que fossem devidamente encaminhados. Falou sobre a necessidade de definição, nesta reunião, do papel real dos conselheiros e que o CEPC não deveria mais ter seus trabalhos norteados apenas por grupos de trabalho e que era indispensável a instalação de comissões para acompanhamento de demandas/temas específicos da política cultural, que esse era um dos papéis dos conselheiros. Gerente de Planejamento da Secult, **Fernanda Matos** – Explicou que pelo Regimento Interno do CEPC, comissões e grupos de trabalho eram de importância equivalente. Conselheira suplente de Artesanato, **Maria do Livramento Aguiar** – Citando a necessidade de se fazer uma avaliação dos 2 anos de trabalho de representação política do CEPC, uma reflexão sobre o que foi produzido pelo Conselho, se o trabalho realizado respondia aos desafios que estavam sendo apresentados; referiu que um dos projetos para a próxima gestão seria a instalação de comissões para que o Conselho pudesse funcionar melhor e o que direcionava qualquer conselho eram a política e o orçamento; que para qualquer instância existir ela precisava ser materializada, para que o conselho pudesse funcionar precisava ter seu orçamento definido, que o papel do conselheiro era o de acompanhar a política que estava sendo feita no Estado. Finalizou sua fala elogiando a finalização do processo da IV CEC- PE e criticou a baixa adesão dos conselheiros no desenvolvimento das ações referentes à IV Conferência. Presidente do CEPC, **Paula de Renor** – procedeu

com a leitura de Moção de solidariedade e pêsames ao conselheiro Modesto Lopes de Barros pelo falecimento de sua filha. Seguiu-se a sessão com a apresentação da 1ª minuta do relatório de final do 1º mandato do Conselho pela assessora de Planejamento e Artes Visuais, **Ellen Meireles** – Referiu o envio da minuta para o e-mail dos conselheiros e a necessidade de pactuação de prazo para envio das correções/contribuições dos conselheiros ao documento. Conselheiro Titular de Artesanato, **Nivaldo Jorge** - Questionou se o relatório poderia ter uma versão impressa produzida pela CEPE. Conselheira Titular de Arquitetura e Urbanismo, **Vania Avelar** – Solicitou que fosse feito encaminhamento da demanda de impressão do relatório à CEPE pela Presidência do CEPC. Quanto à participação dos conselheiros no 28º FIG, Conselheiro Titular de Artesanato, **Nivaldo Jorge** – Referiu que o acompanhamento do Festival se dará no próximo mandato, que o Festival era um dos mais tradicionais do Estado e ressaltou sua importância por ter a representação de todas as linguagens. Apesar de não saber qual ação poderia ser realizada pelo CEPC reafirmou a importância dos conselheiros acompanharem o FIG. Falou sobre a perda das ações de formação cultural já há 3 anos no FIG, que o edital do pavilhão do artesanato só saia depois do edital geral, e que isso era uma perda para o segmento. Presidente do CEC, **Paula de Renor** – Questionou se a sugestão do conselheiro Nivaldo era de realização de um seminário encabeçado pelo CEPC onde fossem tratados assuntos como: plano estadual de cultura, sistema estadual de cultura, Mrosc, divulgação do conselho e de suas ações, etc; Conselheiro Suplente de Movimentos Sociais, **Jocimar Gonçalves** – Apontou que a primeira atividade do próximo Conselho seria a de modificar o regimento interno do CEPC. Que era necessária a instalação de uma comissão de ética, que esta era uma das brechas no regimento interno do CEPC. Falou sobre a necessidade de se ter uma secretaria executiva exclusiva do CEPC, que não desempenhasse outras tarefas externas ao Conselho e cuja secretaria(o) não fosse conselheira(o). Afirmou que Silvana Meireles tinha outras atribuições junto à Secult e que embora a sua equipe fosse muito eficiente, era uma equipe que detinha inúmeras atribuições e que a necessidade atual do CEPC era de uma equipe exclusiva. Sobre o FIG, falou que a participação do CEPC era fundamental, que os conselheiros tinham que estar em todas as ações do governo do Estado. Sr. Manoel de Matos Lino, representante dos índios Fulniô de Águas Belas, falou sobre o

grupo Fetxa que tocou em alguns anos do FIG e que a primeira cultura brasileira é a indígena, perguntando quantas vezes se viu a cultura indígena prestigiada no Festival? Afirmou ser mestre da cultura popular indígena reconhecido por meio de Gilberto Gil e de outras instâncias. Que era apoiado pelas gestões de Olinda e do Recife, como também pelo Funcultura e que o chamarem para representar a cultura indígena e a cultura negra, ele faria seu papel. Conselheira Titular de Arquitetura e Urbanismo, **Vania Avelar** – Opinou que as questões relacionadas ao FIG passavam por uma questão maior, e perguntou se houvera a marcação da reunião do CEPC com o governador. Presidente do CEPC, **Paula de Renor** – afirmou que fora acordado no Conselho a marcação de reunião com os candidatos à governança, que a conversa seria sobre a continuidade de uma política cultural e que se fizesse valer a efetividade do plano estadual de cultura. Colocou que, devido à proximidade da eleição do CEPC, ficara para o próximo mandato a marcação com os candidatos. Vice-Presidente do CEPC, **Marcelino Granja** – sobre o FIG, a formação e participação dos conselheiros: afirmou que a característica principal do FIG era ser um festival de arte, composto por todas as linguagens. Nos últimos anos o FIG, apesar de sua potência na política cultural, afirmou-se como um grande festival de arte da cultura brasileira, embora não tenha sustentabilidade financeira, visto que ser ainda financiado exclusivamente pelo Estado. Marcelino opinou que precisava ser aberta a discussão sobre contrapartidas privadas, de empresas, para fomento do FIG e exemplificou o esforço que foi feito nos últimos anos de levar ao Festival, jornalistas especializados, e participantes de feiras de negócios e de realizadores de todas as linguagens de festivais do Brasil como forma de pontualizar a possibilidade de investimentos do Festival. Conselheira titular de Audiovisual, **Carolina Vergolino** – perguntou se havia captação via Lei Rouanet para o Festival. Vice-Presidente do CEPC, **Marcelino Granja** – respondeu que embora o FIG tenha tido seu projeto aprovado, o Estado não tinha expertise para captar recursos e opinou não saber se era papel do Estado concorrer em captação de recursos com os outros empreendedores culturais. Falou que a presença dos conselheiros no FIG era bem vinda, mas que não havia possibilidade de participação de todos os conselheiros devido às questões de logística, que os conselheiro-artistas vinham participando naturalmente do Festival e que fazer um encontro no Festival era financeiramente inviável devido aos

preços de hospedagem e alimentação empregados no período. Em relação à questão da formação, Marcelino afirmou que haveria ações de formação no Festival, mas que aquelas não seriam no formato que vinham sendo realizadas nos últimos anos. As ações de formação estavam sendo previstas no formato de palestras super qualificadas que seriam parte integrante da própria programação de fruição que estará sendo oferecida. Atividades clássicas do tipo oficina, palestras, conferência etc não eram mais viáveis tanto do ponto de vista de público, quanto do ponto de vista de investimentos, que era mais viável, atentando para o princípio da economicidade, a realização de atividades de formação fora do período do Festival. Devido às questões apresentadas, opinou que poderia ser pensada uma pequena delegação do CEPC, cujos componentes se revezassem durante os dias do Festival, garantindo a ida de todos os conselheiros da sociedade civil. Quanto à audiência com o governador, Marcelino referiu que deveria se pensar em uma reunião com o governador ainda em seu mandato, e que como haveria a cerimônia de posse do novo Conselho seria o momento para travar conversa sobre os compromissos com a cultura. Ressaltou que o Conselho era um órgão governamental, para-estatal de governo, de pactuação com o governo e que a presença de todos nessa instância significava compromisso, pactuação. Que existia limites para a ação do CEPC, como por exemplo, de se fazer debate com os candidatos visto que pelas leis eleitorais, quem era candidato não poderia ser conselheiro. Referiu que todos os compromissos assumidos pelo governador foram cumpridos. Que ele, enquanto secretário de cultura, representava o governador e podia afirmar o compromisso do governador com a cultura a partir dos compromissos que foram assumidos e concretizados. Conselheira Suplente de Artesanato, **Maria do Livramento Aguiar** – propôs como encaminhamento: debate sobre o papel do Conselho, funcionamento e representatividade. Afirmou ser muito importante a presença do Conselho em todas as ações do governo do Estado e que o fato da impossibilidade de todos os conselheiros participarem era mais um motivo para a instalação de comissões dentro do CEPC, de forma que cada comissão acompanhasse uma parcela das políticas de acordo com suas atribuições. Conselheiro Suplente de Música, **Guilherme Moura** – Expôs que a necessidade de circulação do CEPC fôra colocada desde o seminário realizado em Pesqueira e que era importante a participação do Conselho no FIG para

divulgação das atividades do CEPC, mas que o formato da ação deveria ser definido de forma que todos soubessem o que seria realizado no Festival. Conselheiro Titular de Circo, **Williams Santana** – deixou registrado que o Conselheiro Marcelino tocara numa questão seríssima sobre o decaimento do processo de formação, mas que teria que ser lembrado de que as atividades de formação, no início do Festival, eram basilares, que havia uma articulação com a Secretaria de Educação e que era necessário retornar à discussão do plano estadual de formação cultural. Referiu que fazer formação exclusivamente em eventos não funcionava, que a Secult/Fundarpe já havia experimentado isso em outros momentos e não funcionara. Gerente de Planejamento da Secult, **Fernanda Matos** – Referiu que uma das demandas históricas mais fortes identificadas no relatório feito pela equipe de planejamento para o plano estadual de cultura era a do plano de formação. Afirmou que já existiam algumas articulações para mapeamento de ações de formação no Estado e para a reativação do GT do Plano de Formação. Que fora debatida pela gestão a ideia de que as ações de formação fossem contínuas e que a culminância fosse realizada no Festival. Que as questões apresentadas pelos conselheiros eram sensíveis e que precisavam de tempo para que os temas fossem esmiuçados, e que as comissões setoriais precisariam ser incluídas no processo. Conselheiro titular de Artesanato, **Nivaldo Jorge** – relatou sua experiência como facilitador em oficinas no FIG e que suas oficinas não eram esvaziadas, que não eram frequentadas apenas por professores, mas também por jovens das áreas vizinhas e de até outros estados. Que era preciso haver a reflexão de como eram feitas as oficinas, que a opinião do Secretário era técnica, mas que se precisava ouvir a opinião dos formadores. Conselheiro titular de Música, **Newton Caivano** – ressaltou que é necessária a interlocução com a GRE de Garanhuns para potencializar o público das oficinas e relatou que nos dois últimos anos no Casarão dos Pontos de Cultura, foram feitas oficinas muito boas, mas a maior frequencia se dera no quilombo de Castainho. Perguntou ao Secretário de Cultura Marcelino Granja, quando seriam pagos os cachês do carnaval. Conselheira titular do Agreste, **Maria Rosinete** – relatou que trabalhara no Circuito do Frio e no Pernambuco Nação Cultural e que sempre observara uma ótima resposta às oficinas, que as formações eram lotadas. Registrhou que a formação era parte muito importante de um festival. Vice-

presidente do CEPC, **Marcelino Granja** – sugeriu que não era preciso a representação governamental do CEPC no FIG, visto que vários já estariam participando do Festival pelas suas instituições, e que poderiam ser em revezamento: três grupos de 3 conselheiros por 3 dias no Festival. Conselheira suplente de Artesanato, **Maria do Livramento** – Pediu que fosse deliberado pela plenária que a partir desse ano o CEPC acompanhasse o Festival e que fosse produzido relatório. Vice-presidente do CEPC, **Marcelino Granja** – reafirmou que haverá ações de formação no FIG, mas que o formato dessas formações estavam sendo repensados. Em relação ao pagamento do carnaval 2018 afirmou que o compromisso do governador era pagar prioritariamente as dívidas do São João 2017 antes do SJ 2018 e na sequência o carnaval 2018 (até o Fig 2018). Informou: 1. Status dos débitos carnaval e paixões 2017 – zero; 2. FIG 2017 – parte da infraestrutura (hotel, gerador, som e luz, poucos artistas); São João 2017 – 50% dos cachês. Presidente do CEPC, **Paula de Renor** – Referiu que o próximo Conselho tinha que tomar como regra o pagamento dos artistas. Que isso tinha que ser prioridade para o próximo Conselho e que aquele era um dos grandes assuntos a serem tratados com o governador. Conselheiro titular de Música, **Newton Caivano** – opinou que os artistas são quem mantêm o Festival e questionou como o Festival ficaria caso houvesse a união de todos os artistas para boicote ao governo do Estado?. Seguiu-se a reunião com a abordagem ao ponto de pauta: Avaliação da Conferência. Conselheira de Arquitetura e Urbanismo, **Vania Avelar** – Afirmou não ter se candidatado para um segundo mandato no CEPC e agradeceu a experiência de ter feito parte desse Conselho. Falou sobre sua experiência negativa em relação à apresentação da moção de reconhecimento do trabalho da Prefeitura de Olinda, sobre as bicas, defendendo que nenhuma gestão jamais olhou para as bicas de Olinda. Relatou ter percebido dirigismo político para que a moção não fosse aprovada e afirmou que sua moção era apolítica e apenas requeria o reconhecimento do trabalho que estava sendo feito. Conselheira titular de Audiovisual, **Carolina Vergolino** – referiu que a conferência era um espaço democrático, mas que ficara envergonhada de ter chegado a uma conferencia e ter encontrado panfletos políticos e que ação não fora ao menos acordada com os presentes. Afirmou que essa relação era perigosa e que não gostaria de ter encontrado nenhuma panfletagem de nenhum candidato de nenhum partido,

embora seja simpatizante da Deputada Luciana Santos e que ficara envergonhada por não creditar que aquele espaço não era para aquele tipo de ação e que não chamara a atenção no momento por respeito à Deputada Luciana Santos. Conselheiro suplente de Música, **Guilherme Moura** – referiu ter sentido falta de outros entes políticos presentes à mesa. Elogiou a metodologia e a equipe de suporte da conferência. Falou sobre a participação dos conselheiros ter sido muito tímida em vários momentos do processo. Referiu ter sentido falta do fechamento da moção contra o projeto de lei do Deputado Ricardo Costa e perguntou quais os encaminhamentos dados ao PL e à moção. Vice-presidente do CEPC, **Marcelino Granja** – afirmou que todos os outros entes políticos foram convidados, mas que não compareceram. Conselheiro titular de Artes Visuais e Fotografia, Claudio Santos – parabenizou a representação e participação dos conselheiros Teresa de França e Jocimar Gonçalves e que muitas responsabilidades foram assumidas por esses quando não lhes cabiam. Criticou a articulação e mobilização que se deu de última hora com os gestores municipais e referiu ter tido muitos problemas com a logística de transporte para a conferência que, em sua opinião, desprestigiou uma região. Conselheira titular do Agreste, **Maria Rosinete** – Colocou-se como representante da AMUPE pela região agreste e pelo município de Pesqueira. Falou que caso seja indicada novamente estará presente no segundo mandato do Conselho, mas caso não seja indicada agradeceu por todo o conhecimento recebido ao trabalhar diretamente com os demais conselheiros. Agradeceu a possibilidade de ter conhecido Marcelino Granja e Paula de Renor. Referiu que caso não seja indicada, participará como ouvinte das reuniões sempre que for possível. Conselheiro suplente de Movimentos Sociais, **Jocimar Gonçalves** – referiu ter sido um aprendizado ter participado da conferência, que estava numa pré-conferência quando soube da partida de seu pai, e que essa Conferência foi inesquecível por inúmeros aspectos. Que existiram dificuldades, mas que todos tinham que refletir em termos de suas participações individuais. Considerou a Conferência como vitoriosa e opinou que, em relação à participação da deputada Luciana Santos, aquela não fora privilegiada, que ele esteve presente quando da montagem da lista de convidados da Conferência, e que apenas a Deputada comparecera. Observou que em um ano de eleição nenhum dos convidados aparecera e pediu que os conselheiros refletissem

sobre aqueles que não deram atenção à cultura e que a partir de agora o Conselho teria que arregaçar as mangas para que o plano estadual de cultura fosse realizado em sua totalidade. Vice-presidente do CEPC, **Marcelino Granja** – falou sobre a exitosa experiência da Conferência que teve como único objetivo compor e aprovar o plano estadual de cultura e que considerava o plano muito avançado e de metas factíveis, com a forte participação de mulheres, negros e negras e ampla participação de delegados eram de fora da região metropolitana. Referiu que fora feita uma grande mobilização com os secretários de cultura dos municípios, que foram cerca de 4 meses de diálogo com os gestores. Explicou que fora seguido o protocolo de convite a todos os deputados, vereadores, etc. Admitiu que houve falha de informação em algumas questões da logística de transporte. Sobre a presença da Deputada Federal Luciana Santos, afirmou que todos os deputados foram convidados e que o espaço de entrega de divulgação de seu trabalho poderia ser feito por qualquer um deputado que estivesse presente. Conselheira Titular de Cultura Popular de Matriz Africana, **Teresa de França** – parabenizou e agradeceu a todos os funcionários da Secult pelo trabalho, pelo respeito e pela comunicação que foi feita na Conferência. Referiu ter sentido falta da participação dos conselheiros durante todo o processo de construção da conferência e não apenas na plenária final. Refletiu que a construção da política cultural era o grande legado deixado por este mandato, que a Conferência e o Plano Estadual de Cultura eram os maiores legados do Conselho; que o Conselho partiu do zero, que era preciso reconhecer que esse legado não era tão pequeno assim e que o deixará inscrito na história. Parabenizou o empenho de Paula de Renor no grupo, e parabenizou a todos os conselheiros pela dedicação, interesse e por fazerem a cultura de Pernambuco. Conselheira titular de Pontos de Cultura, **Elizabeth Santiago** – parabenizou a equipe, conselheiros Teresa e Jocimar por terem ficado à frente da comissão organizadora da Conferência. Apontou que o maior gargalo se deu na participação do povo do interior. Em relação à moção colocada pela conselheira Vania Avela, referiu ter sido contra, que a prefeitura estava fazendo apenas o seu papel e que não cabia parabenizar uma Prefeitura que não está fazendo nada além de seu papel. Finalizou sua fala afirmando que um plano de cultura só se executa com acompanhamento e fiscalização e que este era o maior desafio do Conselho a partir de agora. Conselheira suplente de Artesanato,

Maria do Livramento Aguiar – sinalizou a importância de usar o momento da Conferência como uma afirmação do papel político do Conselho e de cada conselheiro. Parabenizou a gestão pela execução das políticas que vinham sendo feitas e todo o processo da Conferência em termos de transparência. Leu texto sobre a garantia de estrutura e apoio necessário para o funcionamento do conselho. Finalizou sua fala agradecendo a oportunidade de ter acompanhado 7 fóruns da conferência. Conselheiro suplente de Movimentos Sociais, **Jocimar Gonçalves** – pede que por questão de ordem seja feito um voto de aplauso à equipe de sistematização da conferência: Fernanda Matos, Ellen Meireles e Mário Jarbas, que sem essa equipe não teria sido possível a realização desse belíssimo trabalho que culminou com a aprovação do plano estadual de cultura. Gerente de Planejamento da Secult, **Fernanda Matos** – falou sobre o decreto lei que criou o 1º conselho de cultura, que em suas competências, já trazia a elaboração do plano estadual de cultura muito antes de se falar em sistema nacional de cultura. Referiu que a biblioteca da Fundarpe tinha inúmeros documentos importantíssimos para a cultura. Chamou a atenção sobre a quantidade de décadas que foram necessárias para que houvesse o amadurecimento da cultura estadual que culminou com o 1º Plano Estadual de Cultura de Pernambuco, embasado em demandas históricas. Presidente do CEPC, **Paula de Renor** – finalizou a reunião agradecendo a presença de todos no momento da conferência, parabenizando a vontade política do governo e a exequibilidade da Secult e da Fundarpe. E nada mais havendo a tratar eu, Ellen de Sant' Ana Meireles, lavro a presente ata que será apreciada pelos presentes à reunião e, depois, havendo concordância de todos, deverá ser aprovada pelos conselheiros participantes da referida reunião.

Recife, 13 de junho de 2018.

Ellen de Sant' Ana Meireles

Sociedade Civil (titulares):

Vânia Avelar de Albuquerque – Arquitetura e Urbanismo;

Nivaldo Jorge da Silva – Artesanato;

Carolina Vergolino – Audiovisual;

Williams Wilson Tenório – Circo;

Marcelo Sena Oliveira – Dança;

Masayoshi Matsumoto – Gastronomia;

Juliana de Albuquerque Silva – Literatura;

Newton Cordeiro Caivano – Música;

Paula de Renor – Teatro;

Teresa Luiza de França – Cultura Popular de Matriz Africana;

Maria Elizabeth Santiago de Oliveira – Pontos de Cultura;

Arary Marrocos Bezerra Pascoal – Agreste;

Modesto Lopes de Barros – Sertão.

Sociedade Civil (suplentes):

Maria do Livramento Aguiar – Artesanato;

Maria Adelia Pessoa Collier – Design e Moda;

Guilherme Laureano Coelho de Moura – Música;

Altair Leal Ferreira – Cultura Popular de Matriz Ibérica;

Jocimar Gonçalves – Movimentos Sociais.

Poder Público (titulares):

Marcelino Granja de Menezes – Secult;

Maria Rosinete Siqueira Santana – Macrorregião do Agreste;

Gustavo Henrique Oliveira de Almeida – Sec. de Comunicação.

Poder Público (suplentes):

Sandra Pagano - Sec. de Des. Econômico.